

CNJ

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ É UM ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM SEDE EM BRASÍLIA-DF E ATUAÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUE VISA, MEDIANTE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E CONTROLE ADMINISTRATIVO, A APERFEIÇOAR A PRESTAÇÃO DA JUSTIÇA.

EM LINHAS GERAIS, O TRABALHO DO CONSELHO COMPREENDE PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS, MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO JUDICIÁRIO E AMPLIAÇÃO DE ACESSO À JUSTIÇA, PACIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL.

MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO



FOI CRIADO TENDO COMO OBJETIVOS FUNDAMENTAIS:

- ALTERAR A CULTURA DE LITIGIOSIDADE QUE SE TORNOU UM ENTRAVE PARA A MODERNIZAÇÃO E CELERIDADE DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO;
- PROMOVER A BUSCA DE SOLUÇÕES PARA OS CONFLITOS MEDIANTE A **CELEBRAÇÃO DE ACORDOS.**

HOJE, JÁ DECORRIDOS MAIS DE QUATRO ANOS DESDE SEU INÍCIO, PODEMOS DEMONSTRAR A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO ATRAVÉS DE SUA TRANSFORMAÇÃO EM PROJETO PERMANENTE, QUE CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS TRIBUNAIS DO PAÍS.

COMITÊ EXECUTIVO DO MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO

- Adriana Goulart Sena, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região;
- Andréa Maciel Pachá, do Tribunal de Justiça do Estado Rio de Janeiro;
- André Gomma de Azevedo, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
- Antonio Carlos Cedenho, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;
- Marco Aurélio Buzzi, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- Marco Falcão Cristinelis, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- Roberto Portugal Bacellar, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA CNJ

- José Guilherme Vasi Werner, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- Sidmar Dias Martins, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região
- Tatiana Cardoso de Freitas, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

JUÍZES COLABORADORES

- Mariella Ferraz de A. P. Nogueira, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- Valeria Lagrasta Lucchiari, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

QUADRO EVOLUTIVO

DIA / SEMANA 2006, 2007, 2008 e 2009

	2006	2007	2008	2009
Audiências designadas	112.112	303.638	398.012	431.616
Audiências realizadas	83.987	227.564	305.591	330.081
Acordos efetuados	46.493 55,36%	96.492 42,40%	135.337 44,3%	148.605 45%
Valores		375 milhões	974 milhões	1 bilhão e 277 milhões
Pessoas atendidas		411 mil	633 mil	620 mil

TOTAL GERAL

• DADOS ESTATÍSTICOS APONTAM SIGNIFICATIVO REGISTRO DA EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO;

	TOTAL
Audiências designadas	1.245.378
Audiências realizadas	947.223
Acordos efetuados	426.927
Valores	2 bilhões e 626 milhões
Pessoas atendidas	1 milhão e 664 mil

**RESULTADO FINAL DA
DIA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO 2006
(POR JUSTIÇA)**

Resultado por Justiça Ramo de Justiça	Audiências Marcadas	Audiências Realizadas	% <i>Audiências Realizadas</i>	Qtde de Acordos Efetuados	% <i>Acordos Efetivados</i>
Federal	16.917	13.893	82,1%	9.198	54,3%
Trabalho	12.292	11.113	90,4%	6.072	49,3%
Estadual	82.523	58.981	71,4%	31.223	37,8%
Total geral	111.732	83.987	81,3%	46.493	47,1%

**RESULTADO FINAL DA
SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO 2007
(POR JUSTIÇA)**

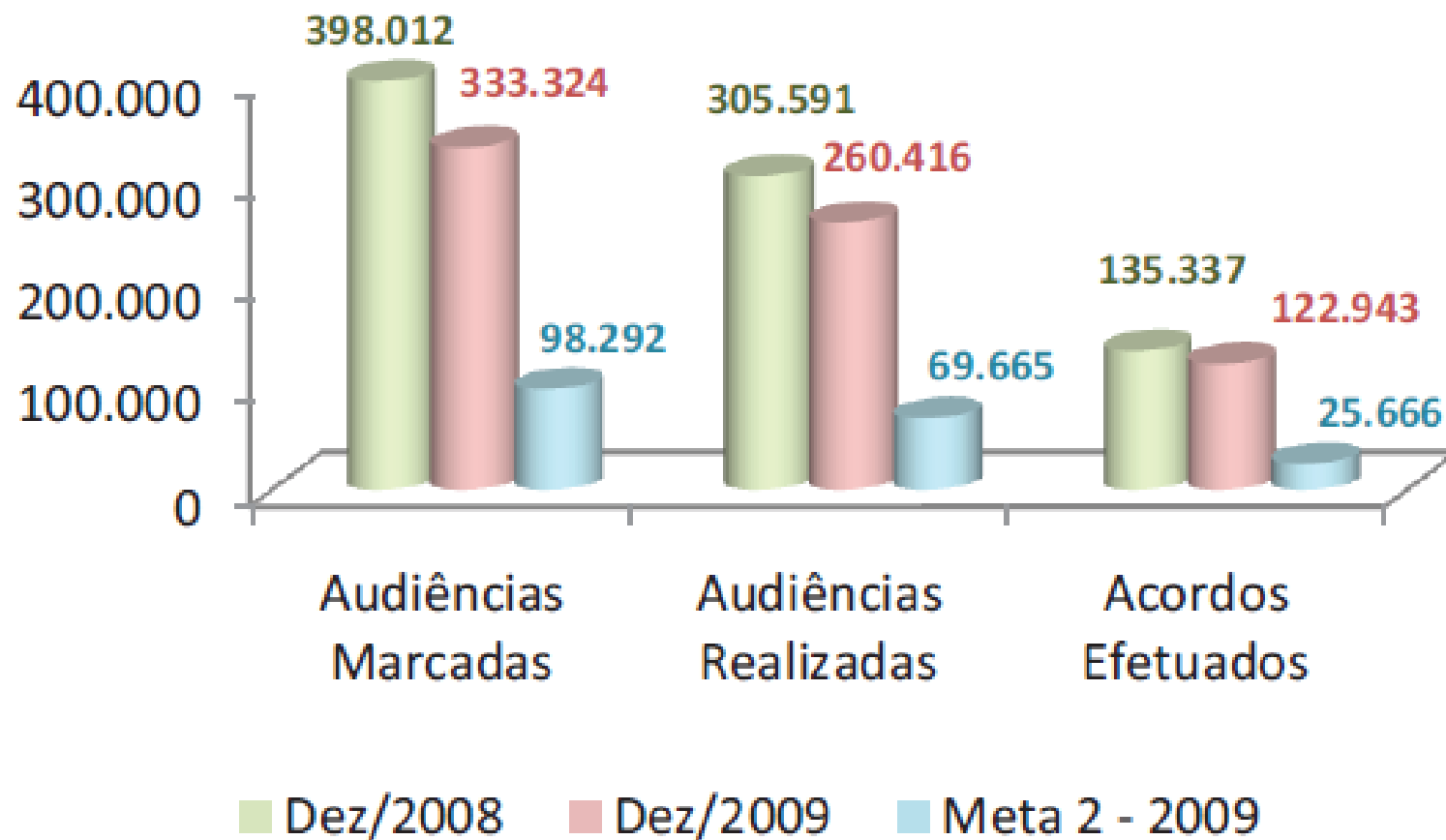
Resultado por Justiça Ramo de Justiça	Audiências Marcadas	Audiências Realizadas	% Audiências Realizadas	Qtde de Acordos Efetuados	% Acordos Efetivados	Valor Acordos Homologados (R\$)
Federal	20.217	17.428	86,2%	10.725	53%	R\$ 75.540.984,07
Trabalho	58.727	54.754	93,2%	21.883	37,2%	R\$ 197.687.847,3 4
Estadual	199.347	137.426	68,9%	59.736	29,9%	R\$ 102.293.768,6 6
Total geral	278.291	209.608	82,7%	92.344	40%	R\$ 375.522.600,0 7

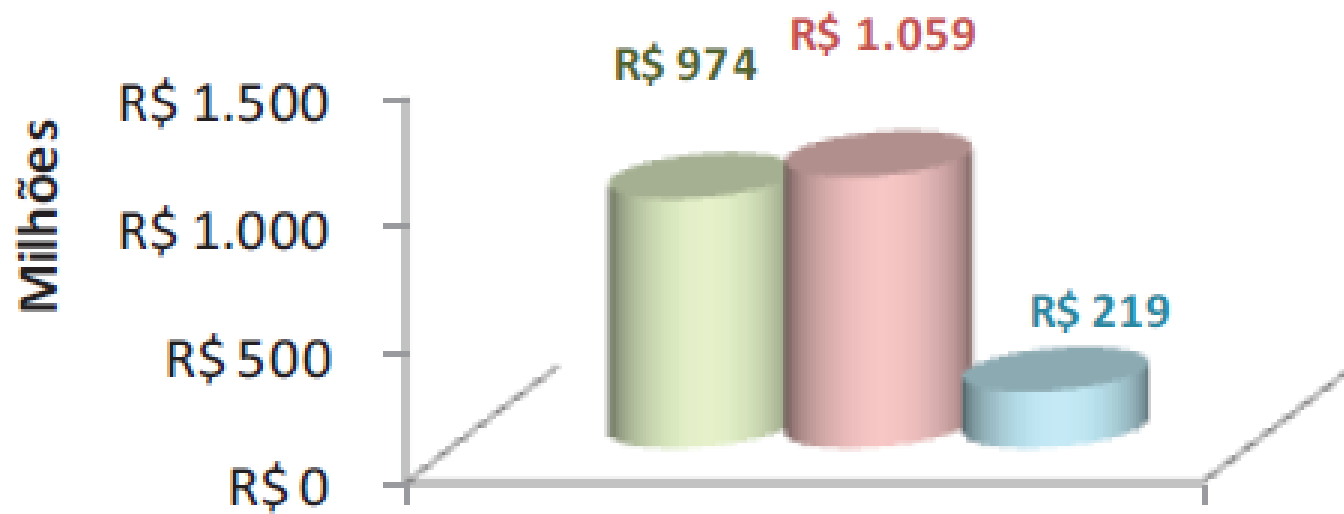
**RESULTADO FINAL DA
SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO 2008
(POR JUSTIÇA)**

Resultado por Justiça	Audiências Marcadas	Audiências Realizadas	% Audiências Realizadas	Qtde de Acordos Efetuados	% Acordos Efetivados	Valor Acordos Homologados (R\$)
Federal	28.652	25.661	89,6%	16.446	64,1%	R\$ 193.052.301,00
Trabalho	115.726	101.100	87,4%	40.187	39,7%	R\$ 598.205.140,00
Estadual	235.634	178.830	70,5%	74.215	41,5%	R\$ 182.884.219,00
Total geral	380.012	305.591	82,5%	130.848	48,4%	R\$ 974.141.660,00

**RESULTADO FINAL DA
SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO 2009 /META2
(POR JUSTIÇA)**

Resultado por Justiça	Audiências Marcadas	Audiências Realizadas	% Audiências Realizadas	Qtde de Acordos Efetuados	% Acordos Efetivados	Valor Acordos Homologados (R\$)
Federal	18.443	16.288	89,5%	8.855	48,5%	R\$ 123.948.939,92
Trabalho	118.597	103.507	92%	43.867	40,5%	R\$ 578.037.235,49
Estadual	294.576	210.286	68%	95.887	42%	R\$ 576.150.091,21
Total geral	431.616	330.081	83,1%	148.609	43,6%	R\$ 1.278.136.266,62





Valores Homologados

■ Dez/2008 ■ Dez/2009 ■ Meta 2 - 2009

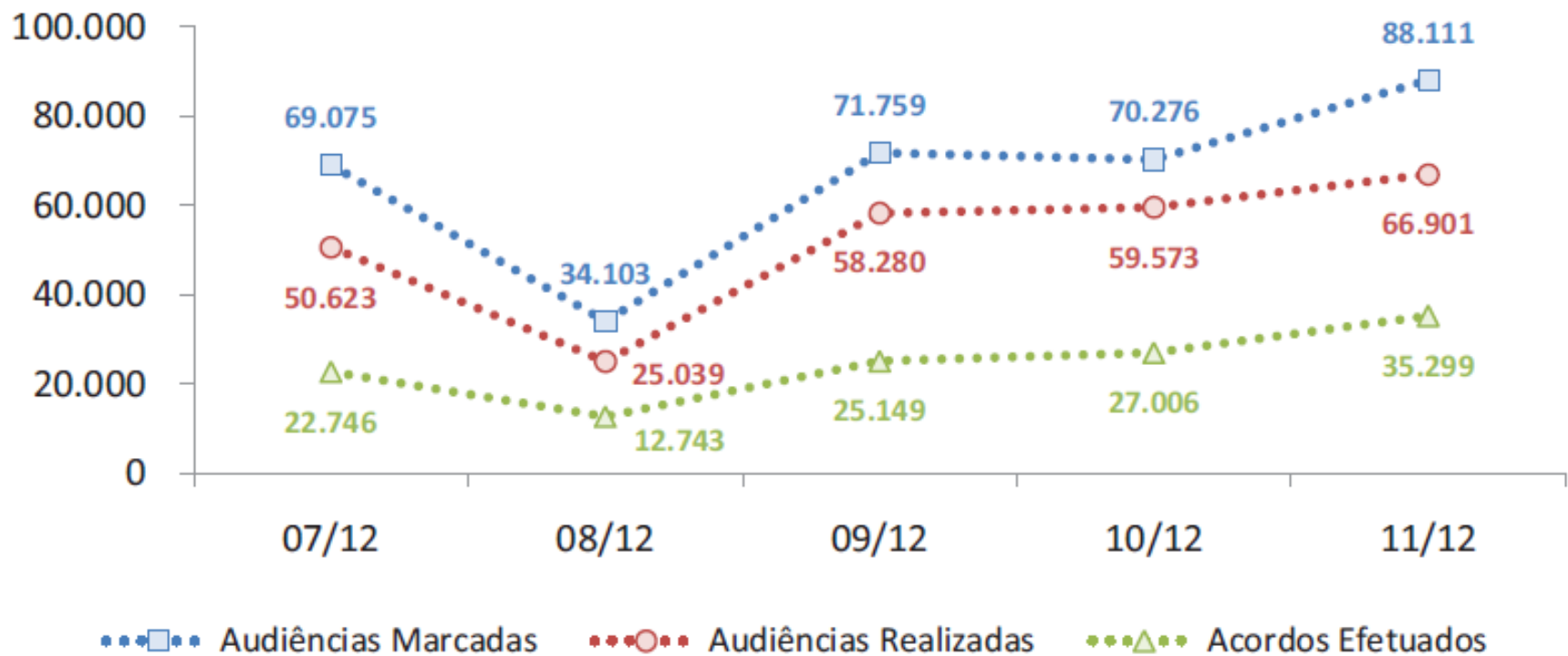


Figura 2 – Número de audiências e acordos realizados por Justiça na Semana pela Conciliação

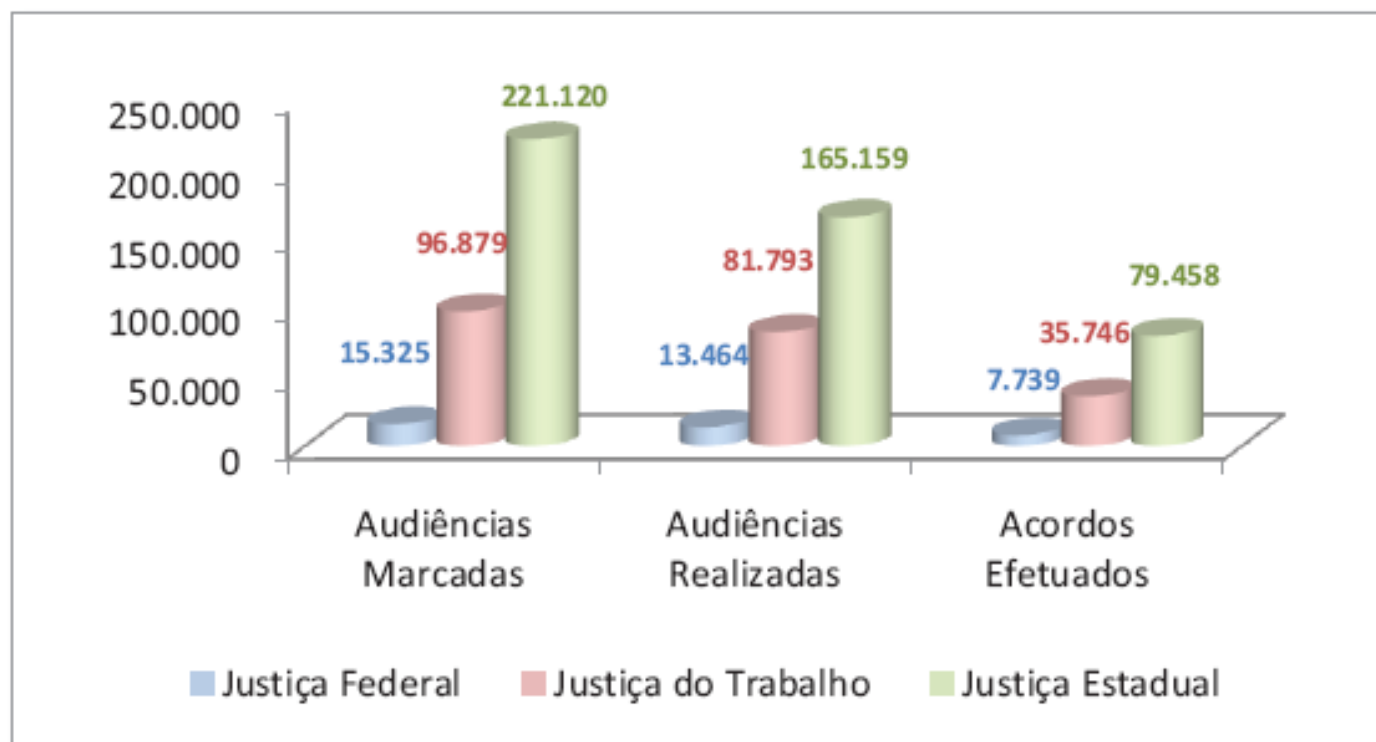


Tabela 3 - Participação no Evento

Semana pela Conciliação 2009 Atendimento à População		Justiça Federal	Justiça do Trabalho	Justiça Estadual	Total
Número de Tribunais que Participaram		5	24	27	56
Número de Pessoas Atendidas		15.073	177.653	292.670	485.396
Eventos paralelos		18	2	1.922	1.942
Participantes	Magistrados	597	7.635	6.148	14.380
	Juízes leigos	0	0	734	734
	Conciliadores	276	809	11.599	12.684
	Colaboradores	1.091	16.472	20.169	37.732
	Total de Participantes	1.964	24.916	38.650	65.530

Indicadores:

<i>Pessoas Atendidas por Participante</i>	<i>7,7</i>	<i>7,1</i>	<i>7,6</i>	<i>7,4</i>
<i>Pessoas Atendidas por Magistrado</i>	<i>25,2</i>	<i>23,3</i>	<i>47,6</i>	<i>33,8</i>

Fonte: Conselho Nacional de Justiça / DPJ

Tabela 5 – *Ranking* Geral dos Tribunais

Posição Ranking	Ramo de Justiça	Nome do Tribunal
1º	Estadual	TJ - Goiás
2º	Estadual	TJ - Ceará
3º	Trabalhista	TRT 02ª Região (SP)
4º	Estadual	TJ - Bahia
5º	Estadual	TJ - Pernambuco
6º	Estadual	TJ - Maranhão
7º	Estadual	TJ - Minas Gerais
8º	Estadual	TJ - São Paulo
9º	Estadual	TJ - Amazonas
10º	Estadual	TJ - Roraima

Fonte: Conselho Nacional de Justiça / DPJ

Figura 6 – *Ranking* por audiências realizadas

Número de Audiências Realizadas - Os 10 Maiores

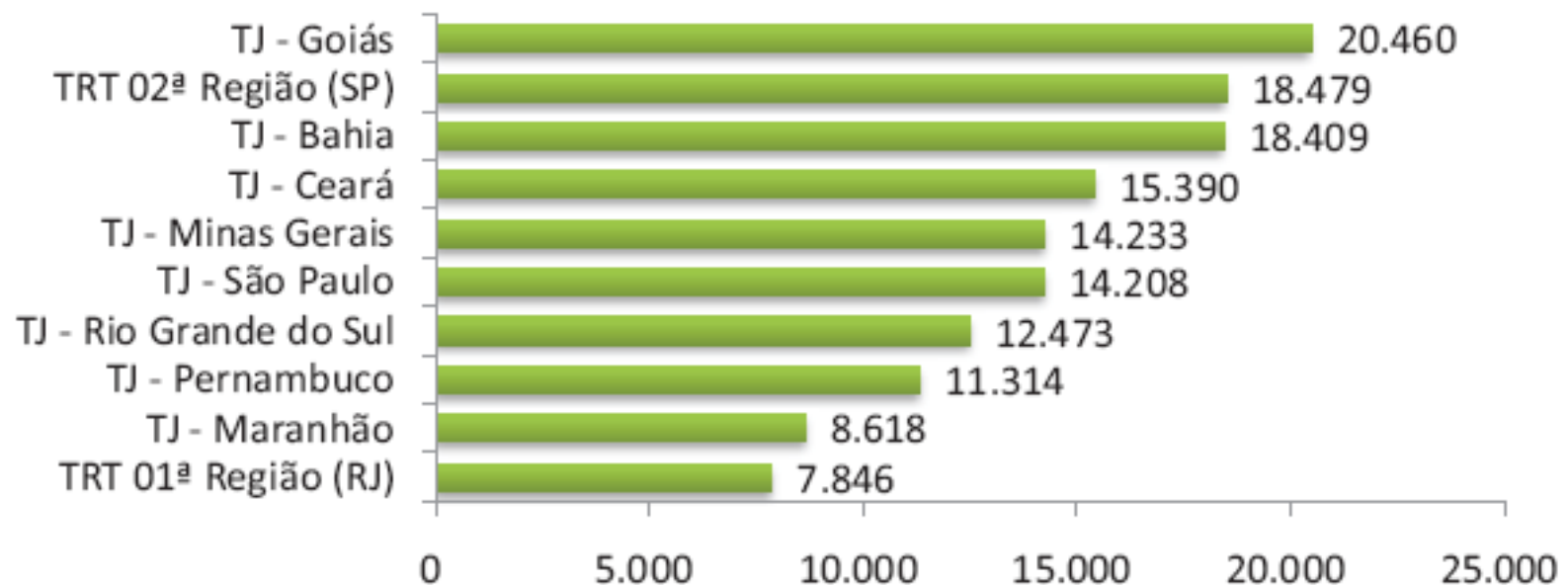


Figura 9 – *Ranking* por valor de acordo homologado

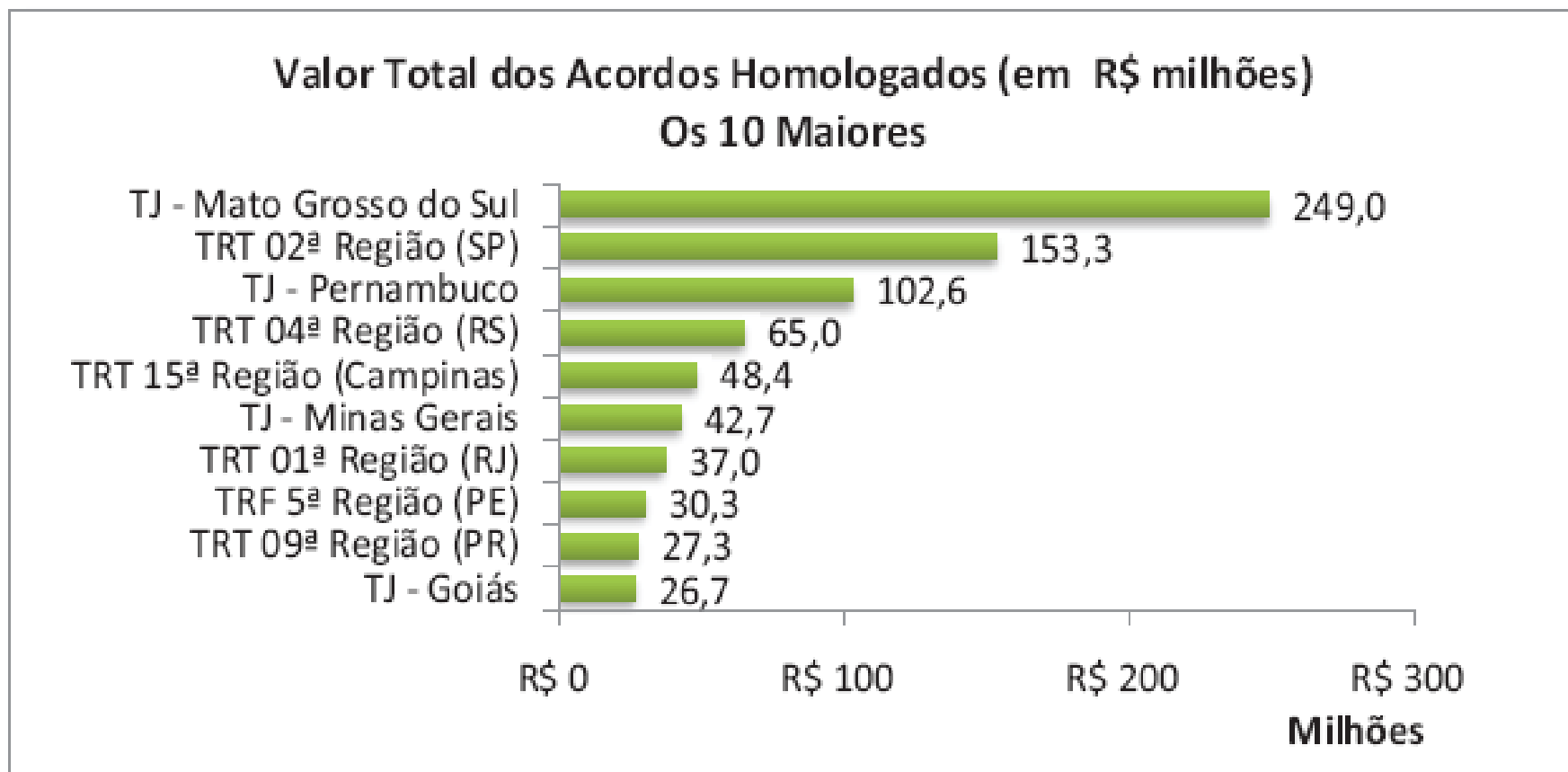


Tabela 6 – Dados da Justiça Federal

Justiça Federal	Audiências Marcadas	Audiências Realizadas	% Audiências Realizadas	Qtde de Acordos Efetuados	% Efetivação de Acordo	Vlr Acordos Homologados (R\$)	Valor Médio por Acordo (R\$)	Arrecadações INSS + IR (R\$)
TRF 1ª Região (DF)	2.991	2.947	99%	2.308	78%	R\$ 11.845.879,83	R\$ 5.132,53	R\$ 1.105.366,83
TRF 2ª Região (RJ)	1.592	1.139	72%	779	68%	R\$ 10.335.272,35	R\$ 13.267,36	R\$ 0,00
TRF 3ª Região (SP)	1.369	1.369	100%	669	49%	R\$ 7.846.917,66	R\$ 11.729,32	R\$ 0,00
TRF 4ª Região (RS)	3.408	3.038	89%	1.627	54%	R\$ 25.419.954,99	R\$ 15.623,82	R\$ 0,00
TRF 5ª Região (PE)	5.965	4.971	83%	2.356	47%	R\$ 30.337.467,84	R\$ 12.876,68	R\$ 18.296,82
Federal	15.325	13.464	88%	7.739	57%	R\$ 85.785.492,67	R\$ 11.084,83	R\$ 1.123.663,65

Fonte: Conselho Nacional de Justiça /DPJ

Tabela 7 – Dados da Justiça do Trabalho

Justiça do Trabalho	Audiências Marcadas	Audiências Realizadas	% Audiências Realizadas	Qtde de Acordos Efetuados	% Efetivação de Acordo	Vlr Acordos Homologados (R\$)	Valor Médio por Acordo (R\$)	Arrecadações INSS + IR (R\$)
TRT 01ª Região (RJ)	8.111	7.846	97%	2.484	32%	R\$ 37.017.160	R\$ 14.902	R\$ 1.614.374
TRT 02ª Região (SP)	26.059	18.479	71%	6.820	37%	R\$ 153.328.151	R\$ 22.482	R\$ 25.748.575
TRT 03ª Região (MG)	8.082	6.916	86%	3.094	45%	R\$ 24.946.456	R\$ 8.063	R\$ 1.870.986
TRT 04ª Região (RS)	9.035	7.645	85%	4.093	54%	R\$ 64.964.227	R\$ 15.872	R\$ 30.684.000
TRT 05ª Região (BA)	1.987	1.844	93%	1.057	57%	R\$ 18.530.188	R\$ 17.531	R\$ 0
TRT 06ª Região (PE)	1.563	2.871	184%	1.748	61%	R\$ 26.231.843	R\$ 15.007	R\$ 1.188.177
TRT 07ª Região (CE)	820	494	60%	616	125%	R\$ 6.658.886	R\$ 10.810	R\$ 211.629
TRT 08ª Região (AP/PA)	1.758	924	53%	573	62%	R\$ 2.390.070	R\$ 4.171	R\$ 375.102
TRT 09ª Região (PR)	7.020	6.228	89%	2.778	45%	R\$ 27.277.549	R\$ 9.819	R\$ 0
TRT 10ª Região (DF/TO)	3.583	3.528	98%	715	20%	R\$ 1.997.999	R\$ 2.794	R\$ 0
TRT 11ª Região (AM/RR)	2.223	1.649	74%	662	40%	R\$ 4.866.797	R\$ 7.352	R\$ 1.111.516
TRT 12ª Região (SC)	603	582	97%	185	32%	R\$ 1.556.627	R\$ 8.414	R\$ 326.818
TRT 13ª Região (PB)	791	732	93%	205	28%	R\$ 1.150.252	R\$ 5.611	R\$ 0
TRT 14ª Região (AC/RO)	823	799	97%	426	53%	R\$ 8.521.015	R\$ 20.002	R\$ 1.586.913
TRT 15ª Região (Campinas)	7.634	7.472	98%	4.587	61%	R\$ 48.362.288	R\$ 10.543	R\$ 1.513.043
TRT 16ª Região (MA)	2.446	2.204	90%	987	45%	R\$ 3.546.728	R\$ 3.593	R\$ 395.117
TRT 17ª Região (ES)	858	793	92%	246	31%	R\$ 2.937.667	R\$ 11.942	R\$ 838.741
TRT 18ª Região (GO)	2.887	2.876	100%	873	30%	R\$ 4.814.057	R\$ 5.514	R\$ 0
TRT 19ª Região (AL)	1.097	826	75%	341	41%	R\$ 1.909.537	R\$ 5.600	R\$ 209.048
TRT 20ª Região (SE)	787	613	78%	194	32%	R\$ 1.024.357	R\$ 5.280	R\$ 64.217
TRT 21ª Região (RN)	4.824	3.806	79%	1.774	47%	R\$ 18.332.483	R\$ 10.334	R\$ 1.969.758
TRT 22ª Região (PI)	1.295	495	38%	388	78%	R\$ 2.107.509	R\$ 5.432	R\$ 0
TRT 23ª Região (MT)	1.156	1.153	100%	316	27%	R\$ 6.267.982	R\$ 19.835	R\$ 0
TRT 24ª Região (MS)	1.437	1.018	71%	584	57%	R\$ 5.903.319	R\$ 10.108	R\$ 0
Trabalho	96.879	81.793	84%	35.746	44%	R\$ 474.643.142	R\$ 13.278	R\$ 69.708.014

Tabela 8 – Dados da Justiça Estadual

Justiça Estadual	Audiências Marcadas	Audiências Realizadas	% Audiências Realizadas	Qtde de Acordos Efetuados	% Efetivação de Acordo	Vlr Acordos Homologados (R\$)	Valor Médio por Acordo (R\$)	Arrecadações INSS + IR (R\$)
TJ - Acre	1.045	832	80%	392	47%	R\$ 578.744,20	R\$ 1.476,39	R\$ 0,00
TJ - Alagoas	887	595	67%	374	63%	R\$ 543.510,28	R\$ 1.453,24	R\$ 0,00
TJ - Amapá	2.717	2.191	81%	678	31%	R\$ 2.404.065,07	R\$ 3.545,82	R\$ 0,00
TJ - Amazonas	10.794	6.535	61%	3.439	53%	R\$ 5.885.647,44	R\$ 1.711,44	R\$ 8.475,00
TJ - Bahia	32.620	18.409	56%	9.660	52%	R\$ 275.406,50	R\$ 28,51	R\$ 0,00
TJ - Ceará	21.295	15.390	72%	8.327	54%	R\$ 15.365.480,57	R\$ 1.845,26	R\$ 0,00
TJ - Distrito Federal	3.020	2.179	72%	769	35%	R\$ 854.208,24	R\$ 1.110,80	R\$ 0,00
TJ - Espírito Santo	5.402	4.221	78%	2.157	51%	R\$ 1.259.793,33	R\$ 584,05	R\$ 0,00
TJ - Goiás	14.837	20.460	138%	13.287	65%	R\$ 26.696.047,00	R\$ 2.009,19	R\$ 84.520,00
TJ - Maranhão	9.731	8.618	89%	4.825	56%	R\$ 3.406.527,04	R\$ 706,02	R\$ 7.690,91
TJ - Mato Grosso	2.853	2.161	76%	749	35%	R\$ 2.293.174,78	R\$ 3.061,65	R\$ 0,00
TJ - Mato Grosso do Sul	8.162	6.798	83%	2.849	42%	R\$ 248.980.007,46	R\$ 87.392,07	R\$ 0,00
TJ - Minas Gerais	18.408	14.233	77%	5.550	39%	R\$ 42.739.689,56	R\$ 7.700,84	R\$ 6.182.815,71
TJ - Pará	7.379	5.359	73%	2.817	53%	R\$ 5.112.605,62	R\$ 1.814,91	R\$ 0,00
TJ - Paraíba	1.746	1.073	61%	319	30%	R\$ 586.776,00	R\$ 1.839,42	R\$ 0,00
TJ - Paraná	5.544	3.811	69%	1.229	32%	R\$ 14.562,06	R\$ 11,85	R\$ 7.500,00
TJ - Pernambuco	18.232	11.314	62%	6.054	54%	R\$ 102.612.555,43	R\$ 16.949,55	R\$ 0,00
TJ - Piauí	4.284	2.832	66%	1.816	64%	R\$ 3.906.064,15	R\$ 2.150,92	R\$ 0,00
TJ - Rio de Janeiro	1.176	957	81%	474	50%	R\$ 668.875,63	R\$ 1.411,13	R\$ 0,00
TJ - Rio Grande do Norte	2.588	1.915	74%	783	41%	R\$ 896.302,74	R\$ 1.144,70	R\$ 0,00
TJ - Rio Grande do Sul	12.473	12.473	100%	2.739	22%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TJ - Rondônia	1.058	933	88%	351	38%	R\$ 4.335.025,00	R\$ 12.350,50	R\$ 0,00
TJ - Roraima	1.245	1.040	84%	758	73%	R\$ 57.377,87	R\$ 75,70	R\$ 0,00
TJ - Santa Catarina	8.563	4.254	50%	2.038	48%	R\$ 5.423.344,91	R\$ 2.661,11	R\$ 0,00
TJ - São Paulo	22.189	14.208	64%	6.153	43%	R\$ 22.708.649,38	R\$ 3.690,66	R\$ 0,00
TJ - Sergipe	1.284	1.113	87%	434	39%	R\$ 714.232,38	R\$ 1.645,70	R\$ 0,00
TJ - Tocantins	1.588	1.255	79%	437	35%	R\$ 413.621,65	R\$ 946,50	R\$ 0,00
Estadual	221.120	165.159	75%	79.458	48%	R\$ 498.732.294,29	R\$ 6.276,68	R\$ 6.291.001,62

SEMANA NACIONAL 2010

- Período de 29/11 a 03/12
- Premiação dos Tribunais com melhor resultado no dia 08/12 – Dia da Justiça
- Base de dados ampliada
- Desenho de ações
- Apresentação 19/08 - Projeto

DESENHO ESTRATÉGICO

- DIFERENCIAL DE AÇÕES/POTENCIALIZAR RESULTADOS;
- IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDANTES EM LARGA ESCALA (INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, PRESTADORES DE SERVIÇOS – EMPRESAS TELEFÔNICAS E ENTES PÚBLICOS);
- ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE, EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS E COM ÓRGÃOS PÚBLICOS (MJ, SEBRAE, AGU);
- ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM OPERADORES DO DIREITO (OAB/CNMP);
- CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL/EXECUÇÃO;
- ATUAÇÃO CONJUNTA/VISIBILIDADE (27 TJ/24 TRT/5 TRF = 56);
- PLANO DE COMUNICAÇÃO;
- ALTERAÇÃO DA CULTURA;
- AGENTE FOMENTADOR DE BOAS PRÁTICAS.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

19/08

- ABERTURA
- APRESENTAÇÃO
- ESTRUTURA/ESTRATÉGIA/GERÊNCIA DE DADOS
- BASE DE INFORMAÇÕES/SISTEMA
- PRÊMIO DE BOAS PRÁTICAS/MANUAL
- GRUPOS DE TRABALHO
- ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

JUSTIÇA BRASILEIRA

- O momento do País posiciona as instituições públicas e privadas em processo de evolução das políticas públicas, no qual a responsabilização dos agentes será a de conduzir o Judiciário à essência de seu papel, mais próximo e sensível às demandas da população (celeridade/efetividade).